

**ANTÔNIO JOSÉ LOUREIRO DA SILVA**  
**A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL NA EXECUÇÃO**  
**TRABALHISTA**

**RESUMO**

No marco do Estado Democrático de Direito, a efetividade da tutela jurisdicional torna-se tão imprescindível quanto as próprias garantias processuais. Especificamente, na execução trabalhista, esta efetividade é ainda mais importante, tendo em vista o caráter alimentar das parcelas salariais. Além disso, considera-se que a tutela jurisdicional efetiva deve ser compreendida como um direito fundamental que é norteado pela busca de soluções concretas para se alcançar a realização do direito material, permeando os limites constitucionais e processuais do direito brasileiro desde suas mais remotas fontes até à recente legislação reformista. Atualmente, os institutos mais utilizados para imprimir efetividade à tutela jurisdicional na execução trabalhista são a desconsideração da personalidade jurídica e penhora on line. O primeiro, reinterpretado à luz do Novo Código Civil, relativiza a separação da pessoa jurídica de seus membros, proporcionando uma maior probabilidade de consecução do recebimento dos créditos trabalhistas. Telos que também é alargado com o instituto da penhora on line. Ressalte-se que ambos devem seguir o devido processo legal, impedindo, dessa forma, que os mesmos transformem-se de garantia da efetividade executiva em instrumentos de arbitrariedade. Essas medidas colaboram para a universalização da tutela jurisdicional e o efetivo acesso à ordem jurídica justa.

**ABSTRACT**

In the mark of the Right Democratic State, the effectiveness of the jurisdictional tutelage becomes as essential as the proper procedural warranties. In the labourist execution, specifically, this effectiveness is still more important, having in view the alimentary character of the salary parcels. Besides, it is considered that the effective jurisdictional tutelage must be understood as a fundamental right that is orientated by the search of concrete solutions for that the accomplishment of the material right be reached, it is permeating the constitutional and procedural limits of the Brazilian right from its more remote sources until the recent reformist legislation.